

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (APO)

PROVA OBJETIVA P1 – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo sessenta e cinco questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

A frase abaixo em que o segundo segmento mostra algo considerado inferior ao primeiro, é:

- (A) O gênio aponta o caminho, o talento o toma;
- (B) Um entendido sabe tudo. O sábio sabe apenas o essencial;
- (C) Ou nós encontramos um caminho, ou abrimos um;
- (D) Ou você faz poeira ou come poeira;
- (E) Criatividade é ótimo, mas o plágio é mais rápido.

2

A frase abaixo cuja função de linguagem é metalinguística, é:

- (A) Esperteza é quando você acredita só em metade do que você ouve. Genialidade é quando você sabe em qual metade acreditar;
- (B) Um homem sábio criará mais oportunidades do que ele acha;
- (C) Nunca confunda movimento com ação;
- (D) Deus ajuda a quem se ajuda;
- (E) Originalidade não consiste em dizer o que ninguém disse antes, mas em dizer exatamente o que você pensa por si próprio.

3

Observe o fragmento textual a seguir.

“A rua era pobre e a casa parecia antiga, com suas janelas azuis e as vidraças do lado externo, como nas velhas casas de Minas. Aproximei-me devagar e pulei o muro. Peguei a chave no vaso de plantas e entrei. A entrada era ampla, assim como a sala a seguir, com muitos móveis. Os objetos de decoração eram todos de aparência clássica, certamente muito caros. Os quartos estavam arrumados e os banheiros eram de finíssimo gosto.”

Sobre a estrutura global desse pequeno fragmento, é correto afirmar que:

- (A) o texto é exclusivamente narrativo, com uma sequência de ações praticadas pelo próprio narrador;
- (B) o texto é uma mistura de texto descritivo, em sua maior parte, com texto narrativo;
- (C) o narrador do texto, sendo personagem da trama, é do tipo onisciente;
- (D) a descrição da casa é rica em detalhes, sendo realizada de dentro para fora do imóvel;
- (E) o narrador e o observador são pessoas distintas no texto.

4

A frase abaixo em que o pronome possessivo sublinhado de fato indica posse, é:

- (A) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos;
- (B) Seja legal com as crianças. Elas escolherão seu asilo;
- (C) O maior recurso natural que um país pode ter são suas crianças;
- (D) Nós não herdamos a Terra de nossos ancestrais;
- (E) Sua obra de arte pode valer mais do que se imagina.

5

A frase abaixo que mostra, implícita ou explicitamente, uma visão positiva da infância, é:

- (A) Infância é vida sob uma ditadura;
- (B) Durante a infância, pensei que meu nome era “cale-se”;
- (C) A infância feliz é fruto da imaginação;
- (D) As primeiras dores nos distanciam da infância;
- (E) A infância é bela porque os bebês não abrem os olhos.

6

Em todas as frases abaixo foi sublinhado um adjetivo; a frase em que esse adjetivo foi substituído por uma locução adequada, é:

- (A) O hábito é o grande guia da vida humana / da humanidade;
- (B) O casamento é o túbulo do amor, mas do amor louco, do amor sensual / de sensibilidade;
- (C) Um rico matrimônio é comparável ao batismo pela prontidão com que apaga toda mácula anterior / de antigamente;
- (D) A propriedade enobrece a posse, assim como o matrimônio enobrece o prazer físico / do corpo;
- (E) Onze anos de vida conjugal exaurem a conversa / de amantes.

7

Nas frases abaixo há dois substantivos sublinhados; aquela frase em que o segundo desses substantivos é adequado ao coletivo anteriormente sublinhado, é:

- (A) Quando um batalhão se separa, os foliões ficam afastados uns dos outros;
- (B) Quando um cardume cai na rede, os peixes se debatem durante algum tempo;
- (C) Quando um enxame se assusta, as hienas podem tornar-se agressivas;
- (D) Quando uma biblioteca se incendeia, as estantes perdidas são irrecuperáveis;
- (E) Quando chega uma junta, seus engenheiros são bem recebidos.

8

Todas as frases abaixo foram construídas com formas verbais na voz passiva com auxiliar e todas foram modificadas para a voz ativa.

Aquela frase em que essa modificação foi feita de forma adequada, é:

- (A) Uma criança não é um vaso para ser preenchido pelos adultos / Uma criança não é um vaso que os adultos preencham;
- (B) Há muitas maneiras de se conseguir que algo seja feito / Há muitas maneiras de se conseguir que se fizesse algo;
- (C) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos / Quando a infância morre, chama-se de adultos os seus cadáveres;
- (D) Devemos lembrar sempre que as nossas virtudes não são herdadas por nossos filhos / Devemos lembrar sempre que nossos filhos não herdarão nossas virtudes;
- (E) Vida é um espaço de tempo cuja primeira metade é arruinada por nossos pais / Vida é um espaço de tempo cuja primeira metade os nossos pais arruinaram.

9

A frase abaixo em que a transformação da oração sublinhada em um termo nominalizado foi feita de forma adequada, é:

- (A) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos. / Após a morte da infância...
- (B) Quando nós planejamos para a posteridade, devemos lembrar que a virtude não é hereditária. / Numa planificação posterior...
- (C) Quando um homem percebe que seu pai talvez estivesse certo, ele usualmente tem um filho que pensa que ele está errado. / a provável certeza de seu pai...
- (D) Quando dou uma mensagem, não escrevo um livro, vou ao correio. / Na doação de uma mensagem...
- (E) Quando prevejo uma nova viagem, já começo a arrumar as malas. / Na provisão de uma nova viagem...

10

A frase em que a expressão de tempo sublinhada tem seu valor corretamente identificado, é:

- (A) tempo imediatamente anterior: A felicidade é logo ou nunca;
- (B) tempo distante: Até 13 anos eu pensava que meu nome era “cale-se”;
- (C) tempo correlato: Enquanto se sonha, não se vive;
- (D) tempo posterior imediato: Sinto-me muito melhor agora que eu desisti de esperar;
- (E) simultaneidade de tempo: A felicidade é uma bola atrás da qual corremos enquanto rola e a chutamos logo que para.

11

“O pródigo pode ser lastimado, mas o avarento é quase sempre aborrecido.”

Sobre os componentes ou sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) as formas verbais “pode ser lastimado” e “é aborrecido” mostram formas de voz passiva;
- (B) o vocábulo “prodígio” tem “prodígio” como substantivo cognato;
- (C) o termo “quase sempre” tem valor de “modo”;
- (D) as duas orações que compõem a frase mostram paralelismo sintático;
- (E) a primeira oração da frase indica uma possibilidade e não uma certeza.

12

Observe a seguinte frase:

“Quando se parte o pão, algumas migalhas se espalham”.

Nessa frase, o segundo termo designa especificamente os restos do primeiro; a frase em que essa correspondência semântica ocorre de forma adequada, é:

- (A) Quando um prédio é demolido, seus cacos são deixados na calçada;
- (B) Quando um copo é quebrado, seus destroços ficam espalhados pelo chão;
- (C) Quando cai um avião, suas peças ocupam larga extensão no solo;
- (D) Quando um vestido é rasgado, seus trapos não têm muita utilidade;
- (E) Quando um corpo é cremado, os detritos são guardados.

13

Nas frases abaixo, os termos sublinhados exemplificam uma figura de linguagem denominada metonímia. A frase em que essa metonímia é caracterizada como o emprego de um termo abstrato por um concreto, é:

- (A) Ao ler-se Camões, aprende-se muito sobre a história heroica de Portugal;
- (B) O parati é uma bebida tradicional das classes populares, mas, tomada em excesso, prejudica bastante a saúde;
- (C) Quando chega a bondade do Natal, as crianças ficam felizes;
- (D) Todos ficaram emocionados no auditório quando o comediante declarou que não possuía um teto onde morar;
- (E) A feijoada estava tão boa, que o cozinheiro comeu três pratos.

14

Observe o fragmento textual a seguir.

“A rua era pobre e a casa parecia antiga, com suas janelas azuis e as vidraças do lado externo, como nas velhas casas de Minas. Aproximei-me devagar e pulei o muro. Peguei a chave no solitário vaso de plantas e entrei. A entrada era ampla, assim como a sala a seguir, com muitos móveis. Os objetos de decoração eram todos de aparência clássica, certamente muito caros. Os quartos estavam arrumados e os banheiros eram de finíssimo gosto.”

Nesse fragmento estão sublinhados vários adjetivos que, segundo as gramáticas, podem expressar estados, características, qualidades e relações.

Os dois adjetivos abaixo que expressam qualidades são:

- (A) pobre / azuis;
- (B) ampla / clássica;
- (C) caros / finíssimo;
- (D) antiga / arrumados;
- (E) velhas / solitário.

15

A frase em que o vocábulo sublinhado exemplifica a linguagem lógica e não uma metáfora, é:

- (A) Infância é vida sob uma ditadura;
- (B) Uma criança não é um vaso a ser preenchido, mas um fogo para ser aceso;
- (C) Crianças são as mensagens vivas que nós enviamos a um tempo que não veremos;
- (D) Nunca é tarde para ter uma infância feliz;
- (E) Criança é um anjo cujas asas diminuem à medida que crescem as pernas.

Direito Público (Administrativo e Constitucional)

16

Rozendo, na qualidade de servidor estável lotado em determinado órgão consultivo do Município Alfa, foi instado a elaborar um parecer obrigatório e vinculante para o gestor Abílio. Ocorre que Rozendo não tem muito domínio da matéria objeto do parecer, de modo que, dolosamente, não realizou a mencionada atribuição, sob o receio de cometer algum erro, mantendo-se inerte para evitar que eventual orientação equivocada viesse a importar na responsabilização pessoal tanto de Rozendo quanto de Abílio. Diante da omissão de Rozendo, Abílio ainda não realizou o respectivo ato de gestão.

Considerando principalmente o disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação conferida pela Lei nº 13.655/2018), é correto afirmar que:

- (A) por sua opinião técnica, Rozendo apenas poderia ser responsabilizado nas hipóteses de dolo ou erro grosseiro;
- (B) a omissão dolosa de Rozendo em realizar a sua atribuição não pode importar em sua responsabilização pessoal;
- (C) tanto Abílio quanto Rozendo podem ser responsabilizados pessoalmente, independentemente de dolo ou culpa;
- (D) Abílio pode ser pessoalmente responsabilizado por omissão, independentemente de dolo e das circunstâncias fáticas, pois deveria ter realizado o ato, mesmo sem o parecer de Rozendo;
- (E) nenhum dos mencionados agentes pode ser pessoalmente responsabilizado pela omissão de Rozendo, pois a responsabilização dos agentes se restringe às hipóteses de erro grosseiro.

17

Certa autarquia municipal, que realiza serviço público de saneamento básico, precisa utilizar determinada faixa de domínio de rodovia, objeto de concessão pedagiada, para fins de instalar a infraestrutura necessária para a realização de suas atividades.

Ocorre que a mencionada delegação foi regularmente formalizada pelo Poder Concedente com a concessionária Expressa, nos termos da Lei nº 8.987/1995, havendo previsão no edital e no contrato no sentido de viabilizar a cobrança pela utilização da faixa de domínio, bem de uso comum do povo, como receita alternativa de tal avença, sendo certo que a concessionária visa a realizar tal cobrança da mencionada entidade administrativa.

Diante dessa situação hipotética, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) considerando que a autarquia municipal atua como concessionária de serviço público, é viável a cobrança pelo uso da faixa de domínio almejada pela concessionária Expressa;
- (B) a viabilidade de cobrança de fontes alternativas de receita transforma a delegação em questão em concessão patrocinada, legitimando, assim, a cobrança almejada pela concessionária Expressa;
- (C) a cláusula do contrato de concessão que prevê a possibilidade de fonte alternativa de receita é ilegal, na medida em que a concessão comum em apreço deve ser custeada exclusivamente pelo pedágio;
- (D) apenas o respectivo Poder Concedente poderia cobrar da entidade administrativa prestadora de serviço público pela eventual utilização de bem de uso comum do povo, invalidando, assim, a cobrança efetuada pela concessionária Expressa;
- (E) apesar de ser possível a previsão que autoriza as fontes alternativas de receita para a concessão em comento, a concessionária Expressa não pode efetuar a cobrança em relação à entidade administrativa que realiza o serviço público em questão.

18

Com vistas a aprimorar serviços públicos de sua atribuição, o Município Alfa visa a criar uma Agência Reguladora, para a qual pretende conferir competência regulatória no âmbito do respectivo setor.

Acerca das peculiaridades do regimento jurídico da mencionada entidade autárquica, é correto afirmar que:

- (A) não pode ser a ela aplicada a imunidade tributária recíproca;
- (B) sua criação decorre de lei, independentemente de registro de atos constitutivos;
- (C) seus bens são privados, mas considerados impenhoráveis quando afetados ao serviço público;
- (D) o regime de pessoal a ela aplicável deve ser o celetista, na medida em que não se submete ao regime jurídico único;
- (E) ela não tem personalidade jurídica, possuindo apenas capacidade postulatória para a defesa de suas atribuições.

19

Críscia é a autoridade competente para analisar determinado recurso administrativo em processo administrativo disciplinar (PAD), que resultou na demissão de Alísio, em razão da prática de ato de improbidade administrativa no exercício de suas atribuições enquanto servidor estável.

Diversas nulidades foram alegadas no mencionado recurso, dentre as quais os vícios atinentes: à instauração do PAD por meio de denúncia anônima; à ausência de exposição detalhada dos fatos na portaria inaugural; à utilização de “prova emprestada” de processo judicial; ao excesso de prazo na conclusão do PAD; à impossibilidade de demissão por ato de improbidade administrativa sem o prévio pronunciamento judicial.

Ao confrontar os referidos argumentos com as súmulas do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, Críscia concluiu, corretamente, que a aludida Corte Superior consolidou a orientação de que:

- (A) a denúncia anônima invalida a instauração de processo administrativo disciplinar, independentemente do poder-dever de autotutela da Administração;
- (B) é imprescindível que a portaria de instauração de processo administrativo disciplinar contenha a exposição detalhada dos fatos a serem apurados;
- (C) é permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa;
- (D) a autoridade administrativa não pode demitir servidor pela prática de improbidade, sem o prévio pronunciamento judicial;
- (E) o excesso de prazo para a conclusão de processo administrativo importará necessariamente na sua nulidade.

20

Hermógenes, servidor estável ocupante do cargo de auditor do planejamento e orçamento da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, pretende levar pleito relacionado à defesa de direitos atinentes ao exercício de suas atribuições à apreciação da Administração Pública Municipal.

À luz das normas constitucionais e das disposições constantes na Lei nº 94/1979 do Município do Rio de Janeiro, acerca do direito de petição, é correto afirmar que:

- (A) o Município está autorizado a instituir taxa para viabilizar o direito de petição;
- (B) o pedido de reconsideração e o recurso não têm efeito suspensivo;
- (C) não caberá pedido de reconsideração de decisão que for prolatada;
- (D) não caberá recurso das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos;
- (E) o requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e terá solução dentro do prazo de noventa dias.

21

No âmbito de um procedimento de manifestação de interesse social, certa organização da sociedade civil encaminhou a determinado Município proposta que contém a indicação do subscritor e do interesse público envolvido, assim como o diagnóstico da realidade que se pretende aprimorar, além de indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Pelas devidas vias, a respectiva Administração tornou pública a proposta, a fim de promover a oitiva da sociedade sobre o tema. A proposta foi extremamente bem recebida e tem concretas aptidões para promover os efeitos almejados.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que:

- (A) a organização da sociedade civil que realizou a proposta está impedida de participar do respectivo chamamento público;
- (B) a boa aceitação da proposta pela sociedade obriga a Administração a executar o chamamento público, inexistindo discricionariedade quanto à eventual celebração da parceria;
- (C) o aludido procedimento não tem previsão específica no âmbito da lei das parcerias, sendo restrito aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021;
- (D) a realização do procedimento em questão não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria;
- (E) por se tratar de matéria submetida à discricionariedade da Administração, não deveria ter sido realizada a oitiva da sociedade.

22

Recentemente, Juvelina, prefeita do Município Delta, sem realizar concurso público, dolosamente, promoveu a contratação por tempo determinado de Eleutério para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente especificada nos termos da lei local vigente. No exercício da respectiva função, Eleutério atuou de forma negligente, vindo a causar danos ao erário municipal, de forma culposa.

Diante dessa situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

- (A) a conduta de Juvelina, por si só, não caracteriza ato de improbidade administrativa;
- (B) Eleutério deve ser responsabilizado por ato de improbidade que causou prejuízo ao erário;
- (C) a conduta de Juvelina, por si só, configura ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- (D) a conduta de Juvelina, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública;
- (E) diante da contratação por tempo determinado, Eleutério não pode ser considerado agente público, para fins de responsabilização com base na lei de improbidade administrativa.

23

Caso certo Município almeje realizar a contratação de um serviço comum de engenharia relativo a ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, nos termos da Lei nº 14.133/2021, caberá a utilização da modalidade licitatória:

- (A) convite;
- (B) concurso;
- (C) diálogo competitivo;
- (D) leilão;
- (E) pregão.

24

Após os devidos trâmites, os Municípios limítrofes Alfa, Beta, Gama e Ômega formalizaram um consórcio público para a realização de interesses comuns, voltados para proteção ambiental, do qual resultou a criação da Associação Pública Juntos.

À luz da Lei nº 11.107/2005, os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio em questão mediante:

- (A) contrato de rateio;
- (B) termo de colaboração;
- (C) contrato de programa;
- (D) contrato de gestão;
- (E) termo de parceria.

25

Sociedade Incrível pleiteou um ato administrativo vinculado perante o órgão público competente, o qual foi indeferido, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos necessários, tal como se observa do respectivo banco de dados no sistema eletrônico de tal órgão.

Em razão disso, a mencionada sociedade ajuizou ação com vistas a obter o reconhecimento do direito subjetivo ao ato administrativo em questão, sob o fundamento de que há equívoco no mencionado banco de dados, no qual pleiteou a tutela provisória, que foi negada pelo juízo.

Diante dessa situação hipotética, o atributo do ato administrativo que respalda a decisão que negou o pedido de tutela provisória é o da:

- (A) imperatividade;
- (B) autoexecutoriedade;
- (C) consensualidade;
- (D) heteroexecutoriedade;
- (E) presunção de veracidade.

26

Ao ler o Decreto Rio nº 48.349/2021 que criou o Programa Carioca de Integridade Pública e Transparência – Rio Integridade, Marcela verificou que o preâmbulo da mencionada norma destaca, dentre outros aspectos relevantes, a necessidade de combater o desvio de finalidade, que, nos respectivos termos, se “caracteriza pelo uso da máquina pública para satisfação de interesses privados, direta ou indiretamente”.

Marcela passou, então, a aprofundar os seus estudos acerca do tema, de modo que veio a concluir, corretamente, que o desvio de finalidade corresponde a vício:

- (A) sanável do ato administrativo, que é passível de convalidação, abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (B) insanável do ato administrativo, que é passível de convalidação, não abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (C) sanável do ato administrativo, que não é passível de convalidação, não abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (D) insanável do ato administrativo, que não é passível de convalidação, abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (E) que pode ser sanável ou insanável, a depender da violação ao interesse público, não abarcado pela teoria do abuso de poder.

27

Gilvandra está muito preocupada com o tratamento de seus dados pessoais por determinado órgão público, para finalidade específica. Ela, inicialmente, consentiu com o aludido tratamento, mas se arrependeu, de modo que almeja revogar o consentimento.

Em razão disso, ela busca saber se existem e quais seriam as hipóteses de término do tratamento dos dados em questão, bem como acerca da viabilidade de conservação de tais informações após eventual término.

Diante da mencionada situação hipotética, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), é correto afirmar que:

- (A) caso verificado o término do tratamento, os dados de Gilvandra serão eliminados, de modo que não é possível a autorização para uso exclusivo do controlador, nem com a anonimização dos dados;
- (B) caracteriza hipótese de término do tratamento dos dados de Gilvandra a verificação de que a finalidade específica foi alcançada, após o que os dados serão eliminados, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, salvo autorização para a sua conservação em situações pontuais;
- (C) o consentimento de Gilvandra é irrevogável, de modo que não é possível a sua revogação para viabilizar o término do tratamento de seus dados pelo órgão público competente para a finalidade específica em questão;
- (D) a única hipótese para o término do tratamento dos dados de Gilvandra é o fim do período determinado em lei para tanto, ou seja, o transcurso do prazo legal para que seja alcançada a respectiva finalidade específica;
- (E) após o término do tratamento dos dados de Gilvandra, a sua conservação não pode ser autorizada para a finalidade de estudo por órgão de pesquisa, ainda que promovida a anonimização.

28

Montéquio é servidor estável de determinado ente federativo, que, na qualidade de agente da licitação, está analisando um edital para a formalização de um contrato administrativo para realização de obra de grande complexidade, no regime de contratação integrada, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o aludido instrumento convocatório contempla matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

Questionado acerca das peculiaridades da aludida matriz de alocação de riscos, Montéquio, à luz da Lei nº 14.133/2021, esclareceu, corretamente, que:

- (A) não seria necessário que o edital para a contratação em questão contemplasse a matriz de alocação de riscos;
- (B) os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente alocados para o contratante;
- (C) a assunção de risco quanto à alteração unilateral do contrato importa na renúncia quanto ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato pelas partes;
- (D) a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes;
- (E) para a contratação em questão, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha do projeto básico pelo contratado não poderão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

29

Ptolomeu é servidor do Município do Rio de Janeiro que não realizou concurso público e ocupa cargo exclusivamente em comissão, de modo que é correto afirmar acerca de seu regime jurídico funcional, à luz das disposições constitucionais, que o mencionado agente público:

- (A) exerce atribuições de direção, chefia ou assessoramento;
- (B) submete-se ao regime próprio de previdência dos servidores públicos;
- (C) após três anos de efetivo exercício, passa a gozar da garantia da estabilidade;
- (D) só pode ser exonerado após processo administrativo disciplinar;
- (E) não poderá ter seu cargo afetado, caso haja necessidade de redução em decorrência do excesso do limite estabelecido na lei de responsabilidade fiscal.

30

João, servidor ocupante do cargo de provimento efetivo X no Estado Alfa, sofreu grave acidente que o impediu de exercer as funções afetas ao referido cargo. Após a fruição de um longo período de licença à saúde e tratamento fisioterápico, João foi comunicado pelo Núcleo de Saúde que seria reabilitado.

Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar, à luz da Constituição da República de 1988, que João, enquanto permanecer nessa condição, preenchidas as demais exigências:

- (A) continuará a ocupar o cargo X, mas somente exercerá as funções compatíveis com suas aptidões físicas e mentais;
- (B) passará a ocupar outro cargo, desde que exija habilitação e escolaridade similares ao cargo X, mantida a remuneração deste último;
- (C) passará a ocupar outro cargo, que exija habilitação e escolaridade similares ao cargo X, passando a receber a remuneração do cargo de destino;
- (D) passará a ocupar outro cargo, ainda que exija habilitação diversa e escolaridade superior ao cargo X, desde que João preencha esses requisitos, mantida a remuneração deste último;
- (E) continuará a ocupar o cargo X e a receber a respectiva remuneração, mas passará a exercer as funções afetas a cargo diverso, que exija habilitação e escolaridade similares ao de origem.

31

O Estado Alfa se notabilizou no cenário nacional pela produção de sal marinho. Alguns produtores, no entanto, se ressentiam do fato de a qualidade dos instrumentos de extração não ser conhecida do consumidor, já que grande parte do processo de industrialização era realizada fora de Alfa. Por tal razão, foi editada a Lei estadual nº X, que estabeleceu detalhado regramento determinando que a venda do sal marinho para outras unidades da federação deveria ser realizada prioritariamente após o seu beneficiamento, sendo estabelecidos limitadores, em toneladas, para a comercialização do sal *in natura*.

Irresignada com o teor da Lei nº X, do Estado Alfa, a associação nacional das indústrias do setor consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse diploma normativo com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe corretamente respondido que a Lei estadual nº X é:

- (A) inconstitucional, por afrontar a competência privativa da União para legislar sobre comércio;
- (B) inconstitucional, considerando que compete privativamente à União legislar sobre direito econômico;
- (C) constitucional, desde que a União, anteriormente, não tenha editado normas gerais em sentido diverso;
- (D) constitucional, considerando que o Estado Alfa possui competência concorrente com a União para legislar sobre direito econômico;
- (E) constitucional, pois todos os entes federativos, observados os limites constitucionais, têm competência administrativa para legislar sobre comércio e proteção do consumidor.

32

Uma comissão permanente da Câmara dos Deputados recebeu, para análise, projeto de lei complementar cujo objeto era o delineamento de medidas direcionadas à sustentabilidade da dívida pública. Um ponto que gerou muito debate entre os parlamentares dizia respeito à alienação de ativos com o objetivo de reduzir o montante da dívida.

Ao fim das discussões, concluiu-se, corretamente, que a referida proposição legislativa, à luz da Constituição da República de 1988, deve estabelecer:

- (A) a obrigatoriedade da alienação, conforme cronograma vinculado ao plano plurianual;
- (B) o planejamento para a alienação, de modo a assegurar a sua correlação com a redução da dívida;
- (C) a obrigatoriedade da alienação, observada a necessidade de avaliação e de lei específica em se tratando de bens imóveis;
- (D) a vedação à alienação, de modo a evitar que o patrimônio público seja dilapidado e a despesa pública continue a aumentar;
- (E) a facultatividade da alienação, que só se tornará obrigatória quando as metas fiscais não forem alcançadas em dois exercícios consecutivos.

33

Em razão do aumento exponencial das chuvas, foi constatado que determinada barragem estava se rompendo, o que colocaria em risco centenas de pessoas residentes no Município Alfa. Por tal razão, o prefeito municipal, tomando por base esse fato, notificou Maria de que um galpão de sua propriedade, situado em local elevado, seria provisoriamente ocupado, determinando, ainda, que os órgãos municipais estruturassem um centro de atendimento médico para possíveis vítimas, e que os veículos de salvamento fossem ali alocados.

Ao consultar um advogado a respeito da conformidade constitucional da medida adotada pelo prefeito municipal em relação à sua propriedade, foi corretamente informado a Maria que:

- (A) ela não será indenizada pelo uso do imóvel, apenas por eventuais danos que lhe sejam causados;
- (B) a medida se mostra ilegal, pois o imóvel somente poderia ser utilizado após prévia e justa indenização em dinheiro, o que não ocorreu;
- (C) a medida se mostra ilegal, considerando não ter sido antecedida de ordem judicial determinando a imissão do Município Alfa na posse;
- (D) a medida se mostra ilegal, pois não foi antecedida de processo administrativo regular, já que ela apenas foi notificada de uma decisão já tomada;
- (E) ela fará jus à indenização, em momento posterior, pelas receitas que deixar de arrecadar com o imóvel e pelos danos eventualmente causados em sua propriedade.

34

João procurou um advogado e o consultou a respeito da possibilidade de ajuizar uma ação, em face de certo ente federativo, com base em uma norma constitucional que reconhecia determinado direito social, visando à obtenção de provimento jurisdicional que determinasse a sua implementação. Ao analisar o teor da norma, o advogado constatou que ela tem natureza programática, tendo concluído, corretamente, que:

- (A) a eficácia da norma está condicionada à futura integração pela legislação, o que significa dizer que ela não produzirá nenhum efeito enquanto isso não ocorrer;
- (B) a eficácia da norma deve ser integrada pela legislação, mas, mesmo que essa integração não tenha ocorrido, revogou a legislação infraconstitucional que se mostrava incompatível com ela;
- (C) a eficácia da norma é limitada, indicativo de que o seu núcleo essencial tem eficácia direta, enquanto os comandos periféricos têm eficácia indireta, carecendo de integração pela legislação;
- (D) a eficácia da norma é contida, devendo ser interpretada como comando de endereçamento político, sendo inábil para embasar direitos subjetivos, que possibilitam a exigência de subordinação do interesse alheio ao próprio;
- (E) por carecer de eficácia, não pode entrar em conflito com outras normas constitucionais que tenham eficácia direta, já que conflito dessa natureza, por se desenvolver no mesmo plano hierárquico, é resolvido no momento da aplicação.

35

Técnicos da União, há alguns anos, promoveram discussões a respeito da conveniência, ou não, de se criar um novo imposto federal, bem como se os Estados e o Distrito Federal teriam alguma participação no produto da arrecadação. Na época, o objetivo era o de aumentar a arrecadação em razão do crescimento da despesa pública decorrente da implementação de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população.

Ao final de suas reflexões, concluíram, corretamente, que, por imposição constitucional, os referidos entes:

- (A) ficariam com 20% do produto da arrecadação do referido imposto;
- (B) ficariam com o percentual do produto da arrecadação do referido imposto, conforme definido na lei que o instituir;
- (C) participariam do produto da arrecadação, quer o imposto fosse criado por emenda constitucional, quer por lei ordinária;
- (D) participariam indiretamente do referido imposto, pois 49% do produto da arrecadação seriam direcionados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- (E) não participariam do produto da arrecadação do referido imposto, pois a repartição das receitas tributárias é restrita aos impostos ordinários previstos na ordem constitucional.

Contabilidade Geral e Societária

36

Uma empresa comercial vende pacotes de um produto. O estoque de pacotes está registrado, em 31 de dezembro de 20X3, a um custo de R\$ 50,00 cada. Durante a auditoria, os auditores observaram que o preço de venda subsequente de cada pacote em 15 de janeiro de 20X4 era de R\$ 40,00 cada. Ainda, nesse dia, uma diligência revelou que, durante o levantamento físico do estoque, um vazamento de água danificou parte do estoque. Consequentemente, a empresa gastou um total de R\$ 15,00 por pacote para consertar e reaplicar cola nos pacotes.

O valor realizável líquido e a redução (perda) do estoque equivalem, respectivamente, a:

- (A) R\$ 45,00 e R\$ 10,00;
- (B) R\$ 40,00 e R\$ 15,00;
- (C) R\$ 35,00 e R\$ 25,00;
- (D) R\$ 30,00 e R\$ 15,00;
- (E) R\$ 25,00 e R\$ 25,00.

37

Em 20X3, a administração de uma empresa S/A aprovou o plano de substituição de sua frota de caminhões, incluindo o arrendamento de 53 caminhões, seguindo a estratégia de acelerar a substituição de toda a frota por caminhões maiores e de próxima geração, com menor consumo de combustível devido à nova tecnologia do motor. A frota apresenta valor contábil de R\$ 220 milhões. Essa alteração no uso pretendido dos ativos desencadeou uma revisão de *impairment*. Como resultado dessa revisão, a empresa identificou um valor justo de R\$ 200 milhões, um valor em uso de R\$ 180 milhões e um contrato oneroso de R\$ 20 milhões.

A partir das informações apresentadas, a empresa deve:

- (A) excluir a possibilidade de perda por *impairment*;
- (B) considerar um ganho no montante de R\$ 20 milhões;
- (C) reconhecer uma provisão no passivo para o contrato oneroso;
- (D) considerar o valor em uso como valor realizável líquido;
- (E) reconhecer os gastos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução do arrendamento como despesas.

38

No ambiente brasileiro, diversos casos de fraudes contábeis vêm ocorrendo nos últimos anos. Nesse contexto, pode-se considerar que tanto o conselho de administração como o conselho fiscal possuem funções que visam reduzir a assimetria informacional. Dessa forma, percebe-se sua importância para o mercado de capitais e para os investidores.

Assim, conforme a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, compete aos membros do conselho fiscal:

- (A) supervisionar a estrutura e as atividades de gerenciamento de riscos pela gestão da organização;
- (B) monitorar a qualidade do processo contábil e das práticas contábeis selecionadas, da preparação das demonstrações financeiras e outras informações divulgadas a terceiros;
- (C) assessorar o conselho de administração no controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras, visando a confiabilidade e integridade das informações para proteger a organização;
- (D) denunciar aos órgãos de administração e à assembleia geral, caso não tomem as providências necessárias, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem;
- (E) monitorar a efetividade e a qualidade dos sistemas antifraudes da organização.

39

Uma empresa S/A apresentou em seu relatório de auditoria as seguintes informações no parágrafo de opinião do auditor: o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante, apresenta prejuízo no exercício, a margem bruta é negativa, há prejuízos acumulados e passivo a descoberto. Além disso, a empresa depende da obtenção de capital para cumprir com os compromissos.

Considerando as informações apresentadas e conforme os preceitos do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, esse relato indica que:

- (A) a utilização do regime de caixa deve ser a base de mensuração, dada a existência de incerteza relevante;
- (B) a entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes;
- (C) a base de mensuração das demonstrações contábeis deve ser a custo histórico, dada a existência de incerteza relevante;
- (D) as demonstrações contábeis fornecem informações sob o ponto de vista de um grupo específico de investidores e credores;
- (E) a existência de incerteza relevante pode levantar dúvidas significativas quanto à premissa de continuidade operacional.

40

Uma empresa S/A denominada ABC divulgou a venda de participação de 7% da empresa DEF para sua controladora GHI. A partir dessa alienação, a empresa ABC reconheceu, além do ganho realizado pela venda da participação, o ganho da reavaliação de parcela detida a valor justo no valor de R\$ 500 milhões. A controladora da empresa ABC (empresa GHI) divulgou em suas demonstrações individuais, no que tange ao reconhecimento da equivalência patrimonial de seu investimento na controlada ABC, eliminações dos efeitos do aludido ganho não realizado de R\$ 500 milhões devido à controladora (empresa GHI) da empresa ABC ser controladora indireta da empresa DEF, caracterizada como linha de controle vertical.

Nesse caso, sobre a operação de alienação da parcela de participação no capital social da empresa DEF pela empresa ABC, em termos econômicos, é correto afirmar que:

- (A) atendeu à característica qualitativa fundamental da representação fidedigna;
- (B) apresentou uma transação entre partes independentes;
- (C) representou um ganho econômico de R\$ 500 milhões;
- (D) inexistiu a transferência do controle societário da empresa ABC para a empresa GHI;
- (E) inexistiu o poder de controle da empresa GHI em relação à empresa DEF.

41

Uma empresa S/A apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial e Passivo Circulante:

Passivo	R\$
Passivo Circulante	
Fornecedores	58.392,00
Salários e encargos	49.939,00
Empréstimos e financiamentos	15.509,00
Tributos a recolher	9.111,00
Arrendamentos a pagar	37.621,00
Outras contas a pagar	167.363,00
Total do Passivo Circulante	337.935,00

Em se tratando dos preceitos da Lei nº 6.404/1976 e sobre a divulgação de outras contas a pagar, é correto afirmar que:

- (A) a entidade pode reduzir a compreensibilidade das suas demonstrações contábeis, em prol da agregação das informações;
- (B) as contas semelhantes e os pequenos saldos podem ser agregados, desde que indicada a sua natureza e que não ultrapassem um décimo do valor do respectivo grupo;
- (C) a comunicação efetiva nas demonstrações contábeis é suportada considerando que as informações padronizadas da entidade são mais úteis do que descrições específicas;
- (D) nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e podem ser utilizadas designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes";
- (E) nas demonstrações, a agregação torna as informações menos úteis ao resumir grande quantidade de detalhes.

42

Uma empresa S/A de prestação de serviços de engenharia para aeronaves recebeu um pedido para desenvolver novos projetos de dutos de ar-condicionado em aeronaves. Para esse projeto, a empresa captou R\$ 1 milhão de dois investidores. Os gastos em que a empresa incorreu em seu projeto de pesquisa e desenvolvimento foram:

- 15 de janeiro de 20X3: pagou R\$ 175.000 em salários aos engenheiros.
- 31 de março de 20X3: gastos de R\$ 250.000 em projeto do duto e produção do modelo de teste.
- 15 de junho de 20X3: gastos de R\$ 300.000 adicionais para revisar o projeto de dutos para garantir que o produto pudesse ser introduzido no mercado.
- 15 de agosto de 20X3: gastos de R\$ 80.000 com o primeiro modelo (protótipo) que foi desenvolvido e testado com os ares-condicionados para garantir sua compatibilidade.
- 30 de outubro de 20X3: a fase de pesquisa foi concluída. Gastos de R\$ 50.000 para uma conferência de apresentação e introdução do novo produto. Gastos de R\$ 100.000 para treinamento de pessoal para operar o ativo nas aeronaves.
- 15 de dezembro de 20X3: a fase de desenvolvimento foi concluída e um orçamento de fluxo de caixa foi preparado. O lucro líquido para o ano 20X4 foi estimado em R\$ 1.900.000.

Considerando as informações apresentadas, a empresa deve contabilizar:

- (A) todos os gastos como despesas;
- (B) os gastos até 15 de agosto de 20X3 como despesas e os demais como ativos intangíveis;
- (C) todos os gastos como ativos intangíveis;
- (D) os gastos até 15 de agosto de 20X3 como despesas e os gastos de R\$ 100.000 como ativos intangíveis;
- (E) os gastos até 30 de outubro de 20X3 como despesas e os demais como ativos intangíveis.

43

Uma empresa apresentou o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/20X3:

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Ativo Circulante	80.000	Passivo Circulante	55.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.000	Fornecedores	20.000
Aplicações Financeiras	5.000	Salários e encargos	5.000
Contas a receber de clientes	20.000	Empréstimos e financiamentos	30.000
Tributos a recuperar	5.000	Passivo Não Circulante	65.000
Ativos Classificados como mantidos para venda	40.000	Fornecedores	10.000
Ativo Não Circulante	105.000	Empréstimos e financiamentos	50.000
Aplicações Financeiras	10.000	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	5.000
Tributos diferidos	5.000	Patrimônio Líquido (PL)	65.000
Contas a receber de clientes	10.000	Capital social	50.000
Investimentos	30.000	Reservas de capital	1.000
Imobilizado	50.000	Reservas de Lucros	14.000
Total do Ativo	185.000	Total do Passivo + PL	185.000

Considerando as informações apresentadas e a perspectiva de análise das demonstrações contábeis, o valor do saldo em tesouraria é de:

- (A) R\$ 5.000;
 (B) R\$ 20.000;
 (C) R\$ 25.000;
 (D) R\$ 30.000;
 (E) R\$ 55.000.

44

Uma empresa S/A apresentou projeções de resultados futuros com alto grau de confiabilidade em 2018, contudo, divergentes dos valores realizados, mesmo quando reestimadas por sua administração nos exercícios seguintes e confrontadas novamente com o realizado. Ainda, a empresa registrou um ativo fiscal diferido em suas demonstrações financeiras, entre os exercícios de 2021 e 2023.

Período	Projeção do Resultado Antes IR/CSSL	Realizado
2018	-10 milhões	-14 milhões
2019	12 milhões	-16 milhões
2020	14 milhões	-15,2 milhões
2021	16 milhões	1,5 milhão
2022	18 milhões	0,4 milhão
2023	20 milhões	-16 milhões
2024	22 milhões	-14,5 milhões
2025	22,4 milhões	-12 milhões

A partir disso, um contador recém-contratado atestou uma recorrente e acentuada discrepância entre as estimativas feitas pela empresa e os resultados por ela alcançados. É de se destacar que, durante o período apresentado, a empresa, novamente, incrementou o ativo fiscal diferido. O que representou quase 40% do ativo total da empresa.

Nesse caso, considerando somente as informações apresentadas e segundo o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, o contador identificou que:

- (A) é necessária a reapresentação das demonstrações financeiras contemplando ajustes, a título de retificação de erro e sem efeitos retrospectivos nos comparativos;
 (B) é necessária a reapresentação das demonstrações financeiras contemplando ajustes, a título de mudança de política contábil e sem efeitos retrospectivos nos comparativos;
 (C) é necessária a reapresentação das demonstrações financeiras contemplando ajustes, a título de mudança de estimativa contábil e com efeitos retrospectivos nos comparativos;
 (D) o alto grau de confiabilidade dos estudos técnicos das projeções realizados pela empresa é suficiente para o reconhecimento dos créditos tributários nas demonstrações financeiras (ativo fiscal diferido);
 (E) há falta de evidências convincentes da disponibilidade de lucros tributáveis futuros suficientes para que os valores registrados como ativo fiscal diferido, provenientes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados, possam ser utilizados.

45

A administração de uma empresa S/A apresentou em suas demonstrações financeiras individuais um ativo classificado como propriedade para investimento e mensurado a valor justo. Ainda, esse mesmo ativo foi classificado como imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas e mensurado, também, a valor justo.

Nesse caso, considerando somente as informações apresentadas e os preceitos das Normas (Pronunciamentos, Orientações e Interpretações) emitidas pelo CPC, é correto afirmar que:

- (A) em razão da obrigatória paridade de patrimônios líquidos entre o balanço individual e consolidado, a empresa deveria ter reconhecido o ativo como propriedade para investimento em ambos os balanços;
- (B) em razão da obrigatória paridade de patrimônios líquidos entre o balanço individual e consolidado, a empresa aplicou o critério de mensuração a valor justo para o mesmo ativo nas demonstrações financeiras e consolidadas;
- (C) esse procedimento proporciona o devido alinhamento entre os requerimentos normativos disciplinados nas Normas (Pronunciamentos, Orientações e Interpretações) emitidas pelo CPC;
- (D) as propriedades para investimento devem ser avaliadas ao valor justo e a reavaliação do valor justo deve ser incorporada ao ativo imobilizado com efeitos no resultado e no patrimônio líquido consolidado;
- (E) em razão da obrigatória paridade de patrimônios líquidos entre o balanço individual e consolidado, o critério de custo deveria ter sido utilizado para as propriedades para investimento e para o imobilizado.

Economia

46

Considere que o mercado de fundos disponíveis para empréstimos esteja em equilíbrio. Suponha que o governo crie um incentivo tributário para os cidadãos elevarem seu nível de poupança.

O resultado sobre esse mercado é a:

- (A) elevação da demanda por fundos para empréstimos devido ao maior volume de investimentos, elevando a taxa de juros de equilíbrio e ampliando ainda mais o nível de poupança;
- (B) geração de um déficit orçamentário, reduzindo a oferta de fundos, elevando a taxa de juros de equilíbrio, o que reduz a quantidade de equilíbrio de fundos;
- (C) geração de uma corrida bancária por liquidez, acarretando redução dos depósitos à vista e consequente redução dos fundos, reduzindo a taxa de juros de equilíbrio;
- (D) elevação da oferta de fundos para empréstimos, reduzindo a taxa de juros de equilíbrio, que, por sua vez, estimula o aumento do investimento;
- (E) elevação inicialmente da oferta de fundos para empréstimos, mas redução da taxa de juros, incentivando agentes a sacarem a poupança, retornando o mercado ao equilíbrio inicial.

47

Em relação ao sistema de metas para a inflação, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Define-se de forma explícita a taxa de inflação a ser perseguida pela Autoridade Monetária para os anos subsequentes.
- () A partir da Regra de Taylor, o Bacen define a taxa de juros em resposta a desvios da inflação em relação à meta.
- () No Brasil, a meta para a inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional e o BC brasileiro adota as medidas necessárias para alcançá-la, tomando como índice de preços balizador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) V, V, F;
- (C) V, F, F;
- (D) F, F, V;
- (E) F, F, F.

48

A 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6) realizou diversas modificações na contabilização das Contas Externas em relação à 5ª edição do Manual (BPM5), com exceção de:

- (A) incorporação de lucros reinvestidos, que impactam as transações correntes e, simultaneamente, elevam os investimentos diretos no Brasil e os investimentos diretos no exterior;
- (B) juros da dívida doméstica detidos por não residentes, passando essa rubrica a contar com dados da Selic como fonte de informação, além dos contratos de câmbio;
- (C) uso de novas fontes de informação para balança comercial, como sistema de câmbio, informações prestadas diretamente por empresas importadoras e exportadoras, dentre outras;
- (D) mudança da contabilização do ingresso de recursos no Brasil, que passa a ser registrado como elevação do investimento direto de não residentes;
- (E) alteração da classificação de serviços manufatureiros sobre insumos físicos de propriedade de terceiros para a categoria de bens para processamento.

49

Relacione cada um dos instrumentos de controle monetário com suas respectivas características.

1. Reservas compulsórias
2. Empréstimos de liquidez
3. Operações de mercado aberto

- () Incidem sobre os depósitos à vista, poupança, depósitos a prazo e outras formas de captação dos bancos.
- () Balizados pela taxa de redesconto, servem para cobrir insuficiência de caixa dos bancos frente à demanda de recursos pelos depositantes.
- () Por meio desse instrumento, regula-se o grau de liquidez do sistema econômico.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 2 e 3;
(B) 1, 3 e 2;
(C) 2, 3 e 1;
(D) 2, 1 e 3;
(E) 3, 2 e 1.

50

Considere o modelo de crescimento de Solow. Suponha que o capital por trabalhador inicial esteja abaixo do nível de estado estacionário.

Segundo esse modelo, ao longo do tempo, ocorre:

- (A) inicialmente, um crescimento alto do capital, pois a sua produtividade marginal é baixa e esta vai crescendo até ultrapassar o estado estacionário;
- (B) que a soma da taxa de depreciação e do crescimento populacional é maior do que o crescimento do investimento, reduzindo o estoque total por capital;
- (C) que o capital por trabalhador cresce, devido ao investimento por trabalhador ser maior que a depreciação, até alcançar o estado estacionário;
- (D) que a poupança por trabalhador é maior do que o investimento por trabalhador, o que eleva o capital, mas, ao mesmo tempo, a depreciação aumenta, até o estado estacionário;
- (E) elevação do investimento, o que incorre em aumento do crescimento do produto, até atingir o estado estacionário, quando o crescimento do produto volta ao nível positivo anterior.

51

O IBGE divulga trimestralmente os dados das contas nacionais. No documento Indicadores IBGE, publicado em 01/06/2023, constam os dados (em milhões de reais) a seguir.

Produto Interno Bruto (PIB):

- PIB = 2.556.531

Remuneração dos Empregados não Residentes Enviada e Recebida do Resto do Mundo, dividida em duas categorias:

- Usos = 186
- Recursos = 449

Rendas de Propriedade Enviadas e Recebidas do Resto do Mundo, divididas em duas categorias:

- Usos = 128.595
- Recursos = 44.120

Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Resto do Mundo, divididas em duas categorias:

- Usos = 15.321
- Recursos = 16.587

O valor da Renda Nacional Bruta será igual a (em milhões de reais):

- (A) 2.472.319;
(B) 2.473.585;
(C) 2.640.743;
(D) 2.729.881;
(E) 2.731.147.

52

No regime de bandas cambiais, o Banco Central atua:

- (A) por meio da flutuação suja, com intervenções pontuais, visando reduzir a volatilidade do câmbio;
- (B) na compra e venda de reservas cambiais com o objetivo de se manter o preço da moeda nacional fixo em relação ao da estrangeira;
- (C) definindo limites superior e inferior para a taxa de câmbio e intervindo na cotação quando o câmbio atinge os limites;
- (D) intervindo apenas como ofertante e demandante de divisas em função de suas necessidades;
- (E) para que os termos de troca alcancem metas definidas preliminarmente.

53

Uma das características do modelo IS-LM é que:

- (A) a cruz keynesiana explica o comportamento da curva LM e o equilíbrio do mercado monetário;
- (B) a teoria da preferência pela liquidez explica como o mercado de bens e serviços (curva IS) é afetado pela rigidez de preços;
- (C) o equilíbrio desse modelo fornece a curva de oferta agregada que ajuda a explicar flutuações de curto e longo prazos;
- (D) uma política monetária expansionista provoca redução da taxa de juros, o que aumenta investimento e renda;
- (E) uma política fiscal expansionista, fora do caso clássico, amplia a renda e a demanda por moeda, elevando a taxa de juros.

54

Dentre os instrumentos de política fiscal, o governo pode lançar mão de diversas medidas, com exceção do(a):

- (A) orçamento público, visando ao controle das receitas e despesas;
- (B) alteração das alíquotas de tributos, podendo conceder isenção para estimular determinados setores;
- (C) variação dos gastos públicos, para estimular compras públicas e investimento público;
- (D) contenção de despesas ou aumento da carga tributária, para contenção de excesso de demanda agregada;
- (E) desvalorização do câmbio, como forma de estimular exportações e elevar a arrecadação.

55

Das estáticas comparativas a seguir, está correta:

- (A) aumento da poupança pública em conta-corrente eleva o déficit público;
- (B) aumento das transferências do governo eleva a carga tributária líquida;
- (C) aumento dos juros da dívida pública eleva o déficit primário do setor público;
- (D) aumento da taxa real de juros eleva o déficit nominal do setor público;
- (E) desvalorização cambial reduz o déficit operacional do setor público.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

56

Sejam **H** um hexágono regular, **C** a circunferência circunscrita a **H** e **c** a circunferência inscrita em **H**.

A razão entre a área de **C** e a área de **c** é igual a:

- (A) 4;
- (B) $4/3$;
- (C) 3;
- (D) $5/4$;
- (E) 2.

57

Uma empresa produz tintas de cor cinza, em dois modelos. No modelo 1, ela usa a proporção de 7 colheres de tinta preta para 3 colheres de tinta branca. No modelo 2, a proporção é de 2 colheres de tinta preta para 3 colheres de tinta branca. A empresa usará 1.100 galões de tinta preta e 900 galões de tinta branca na produção dos dois modelos.

Nesse caso, o total de galões do modelo 1 que serão produzidos é igual a:

- (A) 850;
- (B) 960;
- (C) 1.000;
- (D) 1.180;
- (E) 1.200.

58

Rita chegou no elevador de um prédio comercial de cinco andares. Ela ia para o quinto andar e estava com pressa. Havia outras quatro pessoas esperando o elevador. Ela pensou que seria muito azar se uma daquelas pessoas fosse ao primeiro andar, outra ao segundo, outra ao terceiro e outra ao quarto.

A probabilidade de que o temor de Rita se concretizasse é igual a:

- (A) $4/64$;
- (B) $4/625$;
- (C) $5/64$;
- (D) $24/625$;
- (E) $25/64$.

59

Um gavião encontra-se no ponto A, quando avista um pardal no ponto B. A distância entre A e B é de 120 metros. O gavião voa a 50 m/s em linha reta para alcançar o pardal. O pardal tenta escapar voando a 30 m/s em uma direção ortogonal à reta que contém A e B. Com seu instinto predador, o gavião conhece a direção que deve tomar para alcançar o pardal.

O tempo que o gavião demora para encontrar a sua vítima é igual a:

- (A) 3s;
- (B) 4s;
- (C) 5s;
- (D) 6s;
- (E) 7s.

60

Um trapézio isósceles tem sua base maior igual a 40 e sua base menor igual a 20. Um dos ângulos internos do trapézio vale 120 graus.

Cada lado lateral do trapézio mede:

- (A) 12;
- (B) 14;
- (C) 16;
- (D) 18;
- (E) 20.

61

Em certo reino distante, a moeda nacional é o irreal. Há apenas notas de 5 e de 6 irrais. Em visita ao reino, dr. Blanc levou uma bolsa com 500 notas de 5 irrais e 500 notas de 6 irrais. Ele comprou por 1.214 irrais uma escultura local e pagou essa quantia usando o maior número de notas possível.

O total de notas usadas pelo dr. Blanc foi de:

- (A) 238;
- (B) 239;
- (C) 240;
- (D) 241;
- (E) 242.

62

O sapo e o grilo partem do mesmo lugar de uma estrada reta. Eles andam aos pulos, o sapo saltando 8,5 cm e o grilo saltando 13,6 cm.

Eles irão aterrissar pela primeira vez no mesmo lugar a uma distância do ponto de partida igual a:

- (A) 68 cm;
- (B) 85 cm;
- (C) 110 cm;
- (D) 136 cm;
- (E) 154 cm.

63

A soma das raízes reais da equação $x^6 - 4x^4 + x^2 - 4 = 0$ vale:

- (A) 0;
- (B) 1;
- (C) 2;
- (D) 3;
- (E) 4.

64

Joaquim vende quentinhas com arroz, feijão e ovo. Uma quentinha com dois ovos, uma porção de arroz e outra de feijão custa R\$ 2,10. A quentinha com um ovo, duas porções de arroz e duas de feijão tem o custo de R\$ 1,80.

O custo da quentinha com um ovo, uma porção de arroz e outra de feijão é:

- (A) R\$ 1,10;
- (B) R\$ 1,20;
- (C) R\$ 1,30;
- (D) R\$ 1,40;
- (E) R\$ 1,50.

65

Seja N o número de 30 algarismos, todos iguais a 1. No número N^2 , o algarismo 1 aparece:

- (A) 1 vez;
- (B) 2 vezes;
- (C) 3 vezes;
- (D) 4 vezes;
- (E) 5 vezes.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

